

AUTORES

Luiz Flávio Gomes

Doutor em Direito Penal pela Universidade Complutense de Madri – UCM e Mestre em Direito Penal pela Universidade de São Paulo – USP. Diretor-presidente do Instituto Avante Brasil. Jurista e Professor de Direito Penal e de Processo Penal em vários cursos de pós-graduação no Brasil e no exterior. Autor de vários livros jurídicos e de artigos publicados em periódicos nacionais e estrangeiros. Foi Promotor de Justiça (1980 a 1983), Juiz de Direito (1983 a 1998) e Advogado (1999 a 2001). Estou no luizflaviogomes.com.

Marcelo Rodrigues da Silva

Advogado. Ex-Representante do Instituto Brasileiro de Direito e Política da Segurança Pública (IDESP, Brasil). Especialista em Direito Público com ênfase em Direito Constitucional, Administrativo e Tributário pela Escola Paulista da Magistratura. Especialista em Direito Contratual pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Especialista em Direito Público pela Escola Damásio de Jesus. Professor do Atualidades do Direito. Professor convidado na pós-graduação em Ciências Criminais na Rede de Ensino LFG/Anhanguera. Professor na TVJUSTIÇA – STF (Supremo Tribunal Federal).

ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS E TÉCNICAS ESPECIAIS DE INVESTIGAÇÃO

**QUESTÕES CONTROVERTIDAS,
ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS E ANÁLISE
DA LEI 12.850/2013**

De acordo com as leis 13.097/15; 13.060/14; 13.022/14; 12.850/13; 12.830/13; 12.720/12; 12.694/12 e Novo CPC; doutrina e jurisprudência recentes (decisões do caso Lava Jato, AP 470 - Mensalão e Informativos de 2014 e 2015). Estudo sistematizado e aprofundado dos temas colaboração premiada, infiltração de agentes e ação controlada. Contém ainda quadros ilustrativos e questões de concursos públicos resolvidas para melhor assimilar a matéria

2015

 EDITORA
JusPODIVM

www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 175 - Pituba, CEP: 41830-151 - Salvador – Bahia

Tel: (71) 3363-8617 / Faz: (71) 3363-5050 • E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Conselho Editorial: Antonio Gidi, Eduardo Viana, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Moura, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Diagramação: Layer Up Editorial (www.layerup.com.br)

G633 Gomes, Luiz Flávio.

Organizações criminosas e técnicas especiais de investigação : questões controversas, aspectos teóricos e práticos e análise da Lei 12.850/2013/ Luiz Flávio Gomes, Marcelo Rodrigues da Silva. – Salvador : JusPODIVM, 2015.

494 p.

Bibliografia.

ISBN 978-85-442-0308-8.

1. Crime organizado. 2. Organização criminosa. 3. Investigação criminal.
I. Silva, Marcelo Rodrigues. II. Título. III. Título: questões controversas, aspectos teóricos e práticos e análise da Lei 12.850/2013.

CDD 345.0206

Ficha catalográfica elaborada por Ivanildes Sousa - CRB5/1477

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

Copyright: Edições JusPODIVM

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial dessa obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

1037669

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1	
(IN) EXISTÊNCIA E VARIAÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS	13
1.1 Discursos sobre a existência das Organizações Criminosas.....	13
1.1.1 Teoria do Mito	13
1.1.2 Teoria da Conspiração	15
1.1.3 Qual teoria está com a razão?	16
1.2. Variações e Dimensões do Crime Organizado	21
CAPÍTULO 2	
EVOLUÇÃO CONCEITUAL DA EXPRESSÃO “ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS” NO BRASIL	33
2.1 Origem da expressão “Crime Organizado” (<i>Organized crime</i>)	33
2.2 Evolução conceitual no Brasil.....	33
CAPÍTULO 3	
ANÁLISE DO CONCEITO DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS NO BRASIL E SEUS REFLEXOS NO	
ÂMBITO PENAL.....	47
3.1 Estudo do conceito de Organização Criminosa da Lei 12.850/13 e características essenciais.....	47
3.1.1 Finalidade das Organizações Criminosas: obtenção de vantagem de qualquer natureza.....	50
3.1.2 Pluralidade de agentes	55
3.1.3 Associação estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente	59
3.1.4 Prática de infrações penais graves ou transnacionais.....	62
3.1.5 Extensão da aplicabilidade da Lei 12.850/2013.....	72
3.1.5.1 Infração penal transnacional prevista em Tratado ou Convenção	73
3.1.5.2 Organizações terroristas internacionais	73
CAPÍTULO 4	
DO CRIME DE PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA	93
4.1 Crime de participação em Organização Criminosa.....	93
4.1.1 Organização criminosa vs. Associação para o Tráfico.....	136
4.1.2 Organização criminosa vs. Milícia Privada.....	138
4.1.3 Organização criminosa vs. Associação criminosa.....	152
4.1.4 Quadro comparativo dos Delitos Associativos	158
CAPÍTULO 5	
DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA PREVISTOS NA LEI 12.850/2013.....	161
5.1 Crime de obstrução à Persecução Penal de Infração que envolva Organização Criminosa (Obstrução da Justiça).....	161
5.2 Crime de revelação de identidade ou imagem do Colaborador.....	172
5.3 Falsa colaboração	180

5.4 Violação de sigilo de ação controlada ou infiltração de agentes policiais	183
5.5 Recusa ou omissão de dados cadastrais, registros, documentos ou informações	187
5.6 Uso indevido de dados cadastrais	190

CAPÍTULO 6

PANORAMA GERAL DAS “TÉCNICAS ESPECIAIS DE INVESTIGAÇÃO” (OU MEIOS DE OBTENÇÃO DE PROVA)

6.1. Técnicas especiais de investigação (ou meios de obtenção de prova) – Artigo 3º da Lei 12.850/2013	193
6.2. São as Técnicas Especiais de investigação a panaceia para todos os males da Criminalidade Organizada?.....	197
6.3 Evitando-se a banalização das Técnicas Especiais de Investigação.....	205

CAPÍTULO 7

COLABORAÇÃO PREMIADA (ARTIGOS 4º A 6º DA LEI 12.850/2013)

7.1 Conceito	209
7.2 Colaboração premiada ou delação premiada?	209
7.3 Breve histórico	212
7.4 Natureza jurídica.....	214
7.5 Colaboração premiada da Lei 12.850/2013 – um novo paradigma do direito penal premial	217
7.6 Críticas	226
7.7 Requisitos de admissibilidade.....	239
7.7.1 Confissão.....	240
7.7.2 Voluntariedade	241
7.7.3 Aptidão eficaz.....	243
7.7.4 Circunstâncias subjetivas e objetivas favoráveis.....	248
7.8 Prêmios legais	250
7.8.1 Extensão subjetiva do prêmio	283
7.8.2 Vinculação do juiz aos prêmios estabelecidos no acordo	283
7.9 Legitimados para a celebração do acordo.....	286
7.10 Tratativas (pré-acordo)	304
7.10.1 Retratção da proposta.....	305
7.11 Celebração do acordo (Formalização)	318
7.12 A homologação do acordo	320
7.12.1 O controle das cláusulas abusivas, desproporcionais e ilegais na fase homologatória	322
7.12.2 Júri e a colaboração premiada.....	323
7.13 Atos de colaboração.....	326
7.13.1 “Renúncia” ao direito ao silêncio.....	327
7.13.2 Compromisso legal de dizer a verdade.....	333
7.14 Do sigilo do acordo de colaboração premiada	334
7.15 Valor Probatório da Colaboração Premiada.....	346
7.16 Direitos do colaborador (artigo 5º da Lei 12.850/2013)	348
7.17 A colaboração premiada e os acordos de leniência da Lei 12.529/2011 (Lei de Proteção da Ordem Econômica) e da Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).....	354
7.17.1 Introdução	354
7.17.2 O acordo de leniência da Lei 12.529/2011 (Lei de proteção da Ordem Econômica).....	354

7.17.3 O acordo de leniência da Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).....	359
7.17.3.1 Panorama geral da Lei Anticorrupção	359
7.17.3.2 Do acordo de leniência na Lei Anticorrupção	367
7.17.4 Quadro comparativo entre a Colaboração Premiada (lei 12.850/2013) e os Acordos de Leniência	370

CAPÍTULO 8

AÇÃO CONTROLADA (ARTIGOS 8º E 9º DA LEI 12.850/2013)	375
8.1 Conceito e Previsão legal.....	375
8.2 Procedimento.....	384
8.2.1 Transposição de fronteiras.....	385
8.3 Ação controlada e entrega vigiada	385

CAPÍTULO 9

INFILTRAÇÃO DE AGENTES (*UNDERCOVER AGENT* OU *AGENTE ENCUBIERTO*) - ARTIGOS 10

A 14 DA LEI 12.850/2013.....	389
9.1 Aspectos históricos	389
9.2 Conceito.....	392
9.3 Constitucionalidade	393
9.4 Agente infiltrado x Agente provocador (<i>entrapment doctrine</i> ou teoria da armadilha).....	394
9.5 Classificação das operações de Agentes Infiltrados.....	395
9.6 Quem pode ser agente infiltrado?.....	397
9.7 Requisitos para a infiltração.....	401
9.8 Procedimento.....	404
9.9 Fases da infiltração policial.....	407
9.10 Valor Probatório dos Autos e Relatórios da Infiltração	408
9.10.1 Aconselhável a combinação com outras técnicas de investigação	409
9.11 Limites à atuação do agente infiltrado	409
9.12 Direitos do agente infiltrado	411

CAPÍTULO 10

CAPTAÇÃO AMBIENTAL DE SINAIS ELETROMAGNÉTICOS, ÓPTICOS OU ACÚSTICOS (ARTIGO

3º, INCISO II DA LEI 12.850/2013)	413
10.1 Noções	413
10.2 Dispensa de licitação na compra ou aluguel de equipamentos e contratação de serviços para a captação ambiental	414

CAPÍTULO 11

INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA E TELEMÁTICA (ARTIGO 3º, INCISO V DA LEI 12.850/2013)

11.1 Noções	417
11.2 Dispensa de licitação na compra ou aluguel de equipamentos e contratação de serviços para a Interceptação telefônica	418

CAPÍTULO 12

ACESSO A REGISTROS, DADOS CADASTRAIS, DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES (ARTIGOS 3º,

INCISO IV, 15, 16 E 17 DA LEI 12.850/2013)	419
---	------------

12.1 Introdução	419
12.2 Do acesso a dados cadastrais (art. 15)	419
12.3 Do acesso aos bancos de dados de reservas e registros de viagens (art. 16)	420
12.4 Do acesso às relações de chamadas (art. 17)	421
CAPÍTULO 13	
AFASTAMENTO DOS SIGILOS FINANCEIRO OU BANCÁRIO E FISCAL (ARTIGOS 3º, INCISO VI DA LEI 12.850/2013)	425
13.1 Noções	425
CAPÍTULO 14	
INSTRUMENTOS NÃO REGULAMENTADOS NA LEI 12.850/2013	429
14.1 Cooperação jurídica internacional	429
14.1.1 O Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015) e a Cooperação jurídica internacional	435
14.2 Cooperação policial direta	437
14.3 Exame de lixo (<i>trash pull</i>)	438
CAPÍTULO 15	
REGRAMENTO PROCESSUAL PARA O COMBATE E REPRESSÃO AO CRIME ORGANIZADO	439
15.1 Procedimento adotado pela Lei 12.850/2013	439
15.2 Prazo da prisão cautelar	441
15.3 Sigilo	445
CAPÍTULO 16	
DO JUÍZO COLEGIADO EM 1º GRAU DE JURISDIÇÃO - LEI 12.694/2012	447
16.1 Introdução	447
16.2 Medidas previstas na Lei 12.694/2012	447
16.3 Julgamento Colegiado em primeiro grau de Jurisdição	448
CAPÍTULO 17	
QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	459
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	473
ANEXOS	
ANEXO I	481
ANEXO II	490